

V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



163 - O COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO – A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS POPULARES.

O rol das cooperativas na luta contra a pobreza, pelo
comércio justo e pelo trabalho digno

Ana Carolina Guerra

anacarolguerra@yahoo.com.br

Universidade Federal de São João Del Rei

Dimitri Augusto da Cunha Toledo

Universidade Federal de Lavras

Benedito Anselmo Martins de Oliveira

Universidade Federal de São João Del Rei

Resumo

Os problemas sociais e econômicos vividos pelo país nas últimas décadas fizeram da questão da geração de trabalho e renda uma prioridade cujo enfrentamento tem se tornado inadiável. Neste contexto, multiplicam-se iniciativas populares que primam pelo exercício do cooperativismo, representados por experiências que se pautam em ações coletivas, com princípios fundamentais da cooperação, da autogestão e da busca da composição de alianças estratégicas contra a pobreza e a exclusão social. Essas experiências confirmam a tese de que o cooperativismo pode ser um importante instrumento para a minimização de crises no campo do emprego

formal, entretanto, esse cooperativismo precisa ser impulsionado para o desempenho de um novo papel, que congregue aspectos econômicos, sociais, políticos e ideológicos. A esse novo cooperativismo muitos autores convencionam chamar de cooperativismo popular, presente em várias regiões do Brasil, sobretudo em regiões periféricas, e que prima pelo exercício da solidariedade, da ajuda mútua e da cooperação. Neste intuito, objetiva-se nesse artigo apresentar uma reflexão acerca do desenvolvimento do cooperativismo popular no Brasil, através das suas bases conceituais e experiências.

Palavras-chave: cooperativismo popular, cooperativismo, desenvolvimento.

Abstract

The social and economical problems lived by the country in the last decades made the subject of work and income generation a priority which must be faced immediately. In this context, popular initiatives are multiplied that excel by the exercise of cooperation, represented by experiences which are ruled in collective actions, with fundamental principles of cooperation, of self-management and the search of a composition of strategic alliances against the poverty and the social exclusion. Those experiences confirm the thesis that the cooperative can be an important instrument to minimize the crises in the field of formal employment, however, that cooperative needs to be impelled to play another role, that congregates economical, social, political and ideological aspects. To that new cooperative many authors stipulate to name popular cooperative, present in several areas of Brazil, above all in outlying areas, and which excels for the exercise of solidarity, mutual help and cooperation. The aim of this article is to present a reflection concerning the development of the popular cooperative in Brazil, through its conceptual bases and experiences.

Key-words: popular cooperative, cooperative, development.

Introdução:

Nas últimas décadas, viemos passando por problemas sociais e econômicos, que acabam por fazer com que o debate acerca da questão do trabalho se torne uma prioridade inadiável. O desenvolvimento da economia capitalista, neste mundo cada vez mais “globalizado”, traz consigo a intensificação da exclusão social, a diminuição de postos de trabalho formais e a marginalização de grandes parcelas da população, excluindo-as da participação do processo democrático. O debate acima referido, passa, sobretudo, pela perspectiva da geração de trabalho e renda, e sua centralidade se revela cada mais pelos problemas decorrentes da marginalização de um grande contingente de trabalhadores que não têm acesso a produtos e serviços básicos que garantem sua sobrevivência e de suas famílias.

É nesta conjuntura que se apresentam as possibilidades da Economia Solidária, a fim de buscar alternativas que rompam os mandatos da economia capitalista e ponham os trabalhadores como gestores das organizações onde eles produzem e geram riqueza. Dentre outras formas de organizações autogestionárias, as cooperativas têm se mostrado empreendimentos que cumprem um papel bastante relevante. As organizações cooperativas no Brasil têm sido estudadas, desde a década de 1960, sob as mais variadas abordagens teóricas, especialmente as cooperativas agrícolas. No entanto, torna-se importante destacar, que nas duas últimas décadas, uma outra variante do cooperativismo surgiu, o chamado cooperativismo popular.

Pelo fato das cooperativas no Brasil se apresentarem como formas de organização híbrida, elas agem ora servindo para reforçar o desenvolvimento do capitalismo, ora servindo para se apresentarem como alternativas para a busca de soluções para os trabalhadores nos campos social, econômico e político. Torna-se vital que se formulem parcerias para que cada vez mais possam surgir cooperativas que tenham o perfil de instrumento de organização das classes trabalhadoras, ou seja, cooperativas populares.

Para Singer (2002) o cooperativismo popular é obra do movimento sindical e das classes trabalhadoras, como se pode observar em Santos (2002), nas reflexões e relatos que apresentam Polanyi (2000), Engels (1945) e, sobretudo Cole (1964). Neste sentido, pode-se falar em um “novo cooperativismo”, que passou a ser conhecido como cooperativismo popular pelo fato de adotarem a autogestão, a confiança, a ajuda mútua e a solidariedade.

As raízes históricas do cooperativismo

Desde o capitalismo industrial, o sistema capitalista vem passando por crises provocadas, principalmente, pelo desenvolvimento das tecnologias poupadoras de força de trabalho. As conseqüências dessas crises são o desemprego e a exigência de novas qualificações dos trabalhadores, no intuito de aumentar a produtividade do trabalho. Aliado a isso, as crises do capitalismo vêm impondo mudanças nas relações de trabalho, na legislação trabalhista e na organização dos trabalhadores.

Assim, o desenvolvimento do cooperativismo em várias partes do mundo trouxe à tona diferentes formas de conceber uma cooperativa. Em muitos países, as cooperativas surgem como um instrumento político do Estado, em outros, como verdadeiras unidades de transformação social.

Em geral, são apresentadas três perspectivas básicas de concepção de cooperativa, segundo Alencar (1986):

- Rochdaleana ou social reformista;
- Trabalhista ou de transformação social;
- Técnico-econômica.

A perspectiva rochdaleana ou social reformista está fundamentada na ideologia de Fourier, Owen e Saint-Simon, em que a cooperativa estaria livre da influência externa (sociedade capitalista), constituindo-se uma comunidade auto-suficiente. A partir dessa concepção, pode-se afirmar que os associados da cooperativa se reúnem em torno de problemas, necessidades e objetivos comuns por meio da ajuda mútua, baseando-se na solidariedade, na liberdade, na igualdade e na justiça social.

Dentro dessa perspectiva, objetiva-se combinar a racionalidade econômica, representada pela maior produção dentro do menor tempo possível e com dispêndio mínimo de recursos, com equidade, representada pelos benefícios sociais proporcionais ao trabalho ou às operações dos associados em relação à cooperativa.

Para Verhagen, 1984:19, a cooperativa pode ser conceituada como:

“uma associação de pessoas, usualmente com recursos limitados, que se predispõem a trabalhar juntas e de forma contínua, possuem um ou mais interesses comuns e que, por estes motivos, formam uma organização democraticamente controlada, em que custos, riscos e benefícios são eqüitativamente divididos entre os membros”.

A segunda perspectiva, a trabalhista ou de transformação social se fundamenta nos ideais de uma sociedade socialista, em que as cooperativas constituiriam o meio de socializar a produção e a distribuição, de modo a transformar a sociedade capitalista. A cooperativa é conceituada como uma associação de pessoas com problemas, necessidades, objetivos e valores comuns, em que os meios de produção são coletivos e controlados democraticamente e os custos, riscos e benefícios são divididos eqüitativamente entre os associados.

A terceira perspectiva, a técnico-econômica a cooperativa é considerada como um meio de adaptação ao sistema capitalista. Borda (1972), afirma que a concepção técnico-econômica de cooperativa é o resultado do que ele chama de “decantação dos ideais utópicos”, ou seja, o meio de ajustamento da concepção social reformista à realidade do sistema capitalista. Nesta perspectiva, a cooperativa pode ser conceituada como:

“sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados (...)”
(Lei 5764 de 16/12/1971).

É importante dizer que elas se guiam e exercitam os princípios do cooperativismo. Atualmente consideram-se como princípios básicos do cooperativismo os seguintes:

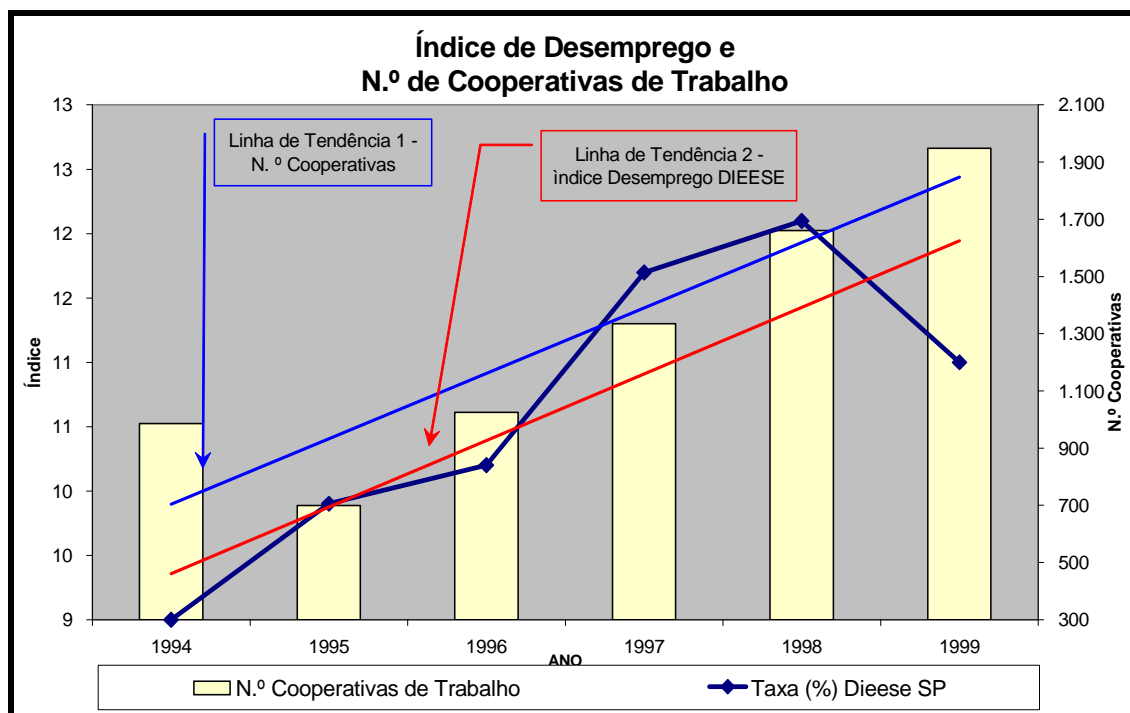
- 1) Vínculo aberto e voluntário;
- 2) O controle democrático por parte dos membros;
- 3) A participação econômica dos membros;
- 4) A autonomia e a independência em relação ao estado e as outras organizações;
- 5) O compromisso com a educação dos membros da cooperativa;
- 6) A cooperação entre outras cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais;
- 7) A contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa.

Estes princípios foram estabelecidos pela Aliança Cooperativista Internacional e devem ser os pontos cardeais do cooperativismo no mundo inteiro.

No Brasil, o cooperativismo chega através dos imigrantes europeus, no início do século XX. No seu início, no País, toma a forma de cooperativas de consumo na cidade e de cooperativas agropecuárias no campo. (Singer, 2002)

Desde seu surgimento, observa-se um grande crescimento das cooperativas de trabalho, que em 1999 chegou próximo a 2000, acompanhou, progressivamente, de 1995 a 1999 a taxa de desemprego no mesmo período, cujo índice atingiu 13% em 1999, conforme pode ser observado no gráfico abaixo. As expectativas são de que o número de cooperativas de trabalho existentes seja ainda maior, visto que muitas cooperativas não estão registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Gráfico 1: Relação entre o Índice de Desemprego e o Número de Cooperativas de Trabalho no Brasil



Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), 2002.

Esse grande crescimento observado no gráfico acima demonstra a importância das cooperativas como instrumento de transformação de diversos cenários econômicos e sociais. Entretanto, é importante destacar, que estamos tratando mais especificamente, de um tipo de cooperativismo que procura romper com as amarras que lhes são impostas pelo liberalismo e que visa buscar o resgate dos princípios fundamentais do cooperativismo, que será melhor detalhado no item seguinte.

Cooperativismo Popular como estratégia de desenvolvimento

No início do século XX, no sul do Brasil, através do trabalho de padres jesuítas junto a pequenos agricultores, surge o cooperativismo popular, visando a melhoria nas condições de vida das famílias desses agricultores. Esse trabalho, desenvolvido com os pequenos agricultores da região possibilitou além de uma melhoria de qualidade de vida, a organização de grupos em outras regiões do país.

Na região urbana o processo se deu mais recentemente. Na década de 80, com a lei de parcelamento do solo e o fechamento do Banco Nacional de Habitação, houve um aprofundamento da crise habitacional, que fez com que movimentos de luta pelo direito à habitação adotassem o modelo de mutirão,

como principal ferramenta de construção habitacional e organização política. Com o seu crescimento, e com a possibilidade de ampliação da perspectiva desta luta, foram criadas cooperativas populares habitacionais, garantindo o acesso a financiamentos públicos (onde havia políticas públicas de habitação popular) e buscando o fortalecimento do movimento.

Este processo possibilitou o conhecimento e apropriação do cooperativismo pelo movimento popular, muito com o objetivo de mudar a imagem do cooperativismo na área rural, que somente era conhecido como empresas de grande porte, muitas vezes responsável pelas péssimas condições de vida de pequenos agricultores.

Na década de 1990, com o aumento dos índices de desemprego e da precarização do trabalho formal, a economia informal cresceu em todo país. Fruto da política econômica vigente no país e da ausência de políticas públicas voltadas para o emprego, o número de postos formais de trabalho diminuiu consideravelmente, o que acaba fazendo com que um número cada vez maior de trabalhadores e trabalhadoras busquem formas alternativas de sobrevivência e de trabalho.

É neste contexto que surgem as cooperativas populares, da necessidade de inserção de camadas da sociedade com condições sócio-econômicas, educacionais e habitacionais menos favorecidas, de forma que essas possam ter condições de sobrevivência, em todos esses aspectos e possam contribuir e participar efetivamente do desenvolvimento do país.

As cooperativas populares constituem um fenômeno social no Brasil que procura superar o desemprego e organizar a sociedade em novas bases de relações sociais de produção: a autogestão. É neste sentido que a Economia Solidária procura sustentar na prática e na teoria às cooperativas populares.

Para Justino (2002), a diferença entre uma cooperativa "tradicional" e uma cooperativa popular estaria na própria autogestão. Já para Oliveira (2003), o cooperativismo popular pode ser caracterizado em termos econômicos (prática dos princípios da cooperação), administrativos (autogestão) e políticos (práticas coletivas democráticas para lutas de emancipação e transformação social e cultural).

Para Singer (2003), existem dois tipos de cooperativas, a autêntica que é socialista, igualitária, solidária e democrática, onde a igualdade faz sentido e, de outro lado, as cooperativas de visão essencialmente capitalista, como as agrícolas, onde grandes fazendeiros exploram pequenos proprietários rurais, conforme já citado anteriormente.

Para Oliveira (2006), existem menos três grandes correntes de compreensão do cooperativismo: a primeira, que o considera como um fim em si, defendida pela maioria dos integrantes do sistema liderado internacionalmente pela Aliança Cooperativista Internacional; a segunda, que o considera como um instrumento para reforçar os princípios liberais, representada por líderes cooperativistas das chamadas cooperativas agropecuárias brasileiras, por exemplo; e a terceira que o considera um instrumento para negar a ordem liberal e servir como fundamento para construção de fontes alternativas aos efeitos negativos causados pelo capitalismo globalizado.

Esta última corrente de compreensão do cooperativismo aproxima-se ao chamado cooperativismo popular, que segundo Guimarães (1999) trata-se de uma prática aonde dentro das cooperativas os princípios vão sendo enraizados e absorvidos no sentido de conduzir trabalhadores de baixa renda, integrantes das camadas populares e excluídos dos processos de mercado, a praticarem autogestão e elaborar novas formas de produção, distribuição e consumo, onde muito mais do que se buscar apenas a renda, buscasse exercitar a cidadania. Nesse sentido, a cooperativa não é uma empresa em que os trabalhadores estão lá ocupados, ao contrário, é um órgão administrativo de sustentação do exercício do cooperativismo popular.

O cooperativismo popular é entendido como uma forma de expressão da economia solidária. Ao observarmos os estudos de Singer (2003) e Oliveira (2003), podemos dizer ainda, que uma das características principais das cooperativas populares é a autogestão. Além disso, é importante destacar ainda, que o próprio termo "popular" traz a idéia de classes "menos favorecidas, excluídas ou populares", o que se relaciona diretamente com o entendimento da economia solidária como reação à situação de desemprego e exclusão social.

Para Oliveira (2002:24)

“Na contraposição ao cooperativismo tradicional, com seu conservadorismo político e seu perfil empresarial, estão várias iniciativas de solidariedade, de vivência de princípios de mútua colaboração, que passou a ser denominada de cooperativismo popular. O cooperativismo popular vem resgatar a origem do movimento cooperativista - por isso a complementação com o termo popular, pois fundamentalmente as primeiras cooperativas eram criadas por camadas populares – e reforça as iniciativas de cooperação, enquanto integrantes de um movimento histórico de busca de alternativas ao capitalismo”.

O Cooperativismo Popular, assim, visa fundamentar alternativas viáveis de sobrevivência e emancipação econômica e social desses trabalhadores sem renda ou de baixa remuneração, uma vez que se apresenta como um instrumento eficaz na organização social e produtiva de comunidades ao desvincular-se de intermediários e apropriar-se de maior parcela de valor gerado pelo seu próprio trabalho.

Para Cançado (2007), outra *nuance* do cooperativismo popular é a dimensão política do empreendimento. A partir da autogestão, que pode desencadear um processo emancipatório, onde o cooperado possa reconhecer-se como protagonista de sua história, a organização ultrapassa as dimensões social e econômica, que são comuns às cooperativas "tradicionais". Além disso, há ainda a condição de ser uma cooperativa que surge como reação a uma situação de exclusão social, também tem uma dimensão política.

Aliado a todos estes conceitos apresentados sobre cooperativismo

popular, pode-se afirmar que ele, na forma como é concebido teoricamente, se apresenta como um tipo "ideal" de cooperativismo. A esse tipo "ideal" atrela-se um grande esforço de construção para o desenvolvimento, de diversos atores sociais. E estes atores se encontram espalhados por todo o Brasil, em diferentes experiências, que primam pelo desenvolvimento econômico e social de uma grande parcela da população, até então excluídas de condições dignas econômicas e socialmente constituídas.

O desenvolvimento econômico e social, a que prima o cooperativismo popular, pode também ser entendido como forma de promover melhores condições de vida para a população. O desenvolvimento assim entendido por diversos autores (SANTOS, 2002), inspira-se nos valores que enaltecem a condição humana da igualdade, da equidade e da cidadania, com a inclusão plena dos setores marginalizados na produção e repartição dos resultados do desenvolvimento.

Cabe destacar que esta teoria de desenvolvimento não rejeita a idéia de crescimento econômico, mas lhe impõe limites, subordinando-o a imperativos não econômicos. Seu caráter coletivo fortalece processos de construção de poder comunitário cujos efeitos de iniciativas econômicas populares podem contrariar as causas estruturais da marginalização e atingir a esfera política. (Santos, 2002)

Esta concepção de cooperativismo popular, como proposta, pressupõe e promove o ser humano completo, consciente, participante e com capacidade para o exercício dos direitos e deveres, uma vez que seus princípios vêm ao encontro das aspirações humanas.

Empiricamente, pode-se dizer que as cooperativas populares buscam uma remuneração eqüitativa dos trabalhadores e para a participação democrática na suas tomadas de decisões, propiciando, entre outras coisas, novas formas de trabalho, mais justas e igualitárias. Espera-se, por fim, que os modelos de sucesso existentes sirvam de exemplos a outros, alcançando um efeito multiplicador.

Referências Bibliográficas: (ainda não acabei)

ALENCAR, E. **An interpretative study of the agricultural cooperative as a means for farmers to adapt to the social system: a case study in southern Minas Gerais**, Brazil. Reading, University of Reading, 1986. 370p. (Phd - Tese).

BORDA, O. F. **El Reformismo por Dentro em América Latina**. Genebra, Siglo Veintiuno Editores, 1971. 215p.

CANÇADO, A.C. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática**. IES, Salvador, 212p., 2007.

COLE, G. D. H. **Historia del pensamiento socialista**. V. I, Los Precursores (1789-1850), 3. ed. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1964.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Rio de Janeiro: Edições Horizonte Ltda, 1945.

GUIMARÃES, G. (ORG.). **Sindicalismo E Cooperativismo**. São Paulo/Rio De Janeiro: ITCP-COPPE/RITCP`S/Unitrabalho, 1999.

JUSTINO, M. J. **Cooperativismo popular: reivenção de laços de solidariedade pela universidade cidadã**. In: JUSTINO, M.J (Org). Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: a experiência da UFPR. Curitiba: UFPR/PROEC, 2002.

OLIVEIRA, A. L. de. **A Atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau: a Economia Solidária no Debate Acerca do Desenvolvimento Regional**. Blumenau: URB, 2002. 187 p. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, B. A. M. **Economia solidária e o cooperativismo popular: da gênese aos desafios atuais**. Revista Proposta: economia solidária e autogestão, ano 30.n.97, p.20-32, jun./ago., 2003.

OLIVEIRA, B. A. M. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades**: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro. 2006. 175 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus. 2000.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir Para Viver**: Os Caminhos da Produção não Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Economia Solidária: Possibilidades e desafios**. Revista Proposta: trabalho e desenvolvimento humano. Ano 30, n.88-89, p.15-23, mar./ago., 2003.

VERHAGEN, K. (1984). **Cooperation for survival**. Dordrecht, ICG Printing.